

PEDRO PEREIRA LEITE



Representações Cartográficas

Do espaço estratégico português

Informal Museology Studies nº 3

Fall 2013



Ficha Técnica:
Informal Museology Studies
Papers on Qualitative Research
Issue 3 - Fall 2013
Directory
Pedro Pereira Leite
ISSN – 2182-8962
Editor: Pedro Pereira Leite
Publisher: Marca d' Água: Publicações e Projetos
Redaction: Casa Muss-amb-ike
Ilha de Moçambique,
3098 Moçambique
Lisbon: Passeio dos Fenícios, Lt. 4.33.01.B 5º Esq.
1990-302 Lisbon –Portugal

Conteúdo

Representações Cartográficas do Espaço Estratégico Português	4
Representações do Espaço Nacional na Cartografia.....	8
Ensaio de interpretação	12

Representações Cartográficas do Espaço Estratégico Português

Este é um pequeno exercício sobre a problematização da representação sobre espaço como marcador de memória. Como sabemos a cartografia é um processo de representação do espaço como um processo simbólico de apropriação duma determinada realidade. O objetivo da representação é criar uma forma de apropriação do mundo sobre o qual se constrói a ação. Neste pequeno exercício interpretamos o significado simbólico da representação como objeto de conhecimento.

A ideia de marcador de memória, que procuramos nos vários elementos da representação cartográfica é importada da biologia por analogia com o marcador da genética¹. Essa formulação foi usada na nossa tese como sinónimo do conjunto de informação mnemónica essencial presente num individuo, que em situação de interação com o mundo exterior ativa formas de ação. O marcador de memória não é informação pura. É uma representação da essência processual da informação, enquanto valor, do elemento socialmente significativo situado num espaço e num tempo, que origina ação. (Leite, 2011).

Como objetos de conhecimento, os marcadores de memória resultam da perceção, das emoções e da experiência dos sujeitos sobre objetos exteriores, e traduzem-se na mente como elementos nodais através dos quais se constroem mapas mnemónicos². Os mapas da memória são elementos de referências catalisadores da ação. São constituídos pelo processo de armazenamento da informação essencial (informação conservada), em confronto com a experiência. Ao contrário dos nossos mapas cartográficos, elementos estáticos, os mapas de memória são processos em permanente

¹ Um marcador genético é um gene ou uma sequência de ADN retirado dum local conhecido num cromossoma que pode ser usado para identificar células, individuais ou de espécie. Os marcadores genéticos funcionam como etiquetas que identificam a forma como os genes envolvidos na herança de características de importância económica (ETLs) são repassados para o próximo descendente. Em biologia, o genoma é toda a informação hereditária de um organismo que está codificada em seu ADN, e que é passada para os seus descendentes. É a componente essencial da estratégia da vida eucariótica.

² Mais uma analogia com o mapa cognitivo é um simultaneamente instrumento e um método das ciências cognitivas de análise das operações cognitivas. Como instrumento é muito usado para a análise dos processos de tomada de decisão. Como método tem por base o fundamento de resolução de problemas. O objetivo do método é clarificar a cada momento as opções possíveis de ação em função de preposições previamente definidas.

ajustamento no confronto com o real e equilibram-se com a consciência de si da mente.

A informação essencial é mobilizada pela mente em situações de ação. Em situações reconhecidas pelo mapa orienta. Em face a novas situações, a informação que chega do exterior é confrontada com a informação preexistente, ajustando-se por acomodação ou por inovação. O mapa mnemónico do individuo é o recurso mobilizado em situações experimentais ou no quadro da produção do pensamento sobre o mundo, quando é necessário agir. Estamos no âmbito daquilo a que chamamos o processo de consciência do mundo. A consciência³ é um processo que resulta da interação entre a memória e a ação. Em síntese os marcadores de memória constituem essa informação base, alojados na mente, que podem ou não ser ativados e mobilizados para a ação, agrupando-se em mapas mnemónicos.

A questão que na nossa tese procurávamos resolver, e para a qual apresentamos esta proposta, consistia é construir um processo de acesso aos marcadores de memória. Esse trabalho levou-nos à conclusão que a identificação dos marcadores de memória podia ser usada na produção de mapas mnemónicos. O mapa constituía uma chave que colocava os elementos em contexto, permitindo a emergência de significados aos elementos simbólicas armazenadas na mente como informação essencial. Recorde-se que, em paralelo com as ideias, as sensações e as emoções são igualmente informações essenciais captadas e armazenadas na mente, sendo o reconhecimento um processo em transformação. Estes marcadores de memória como informação base medeiam o processo de objetivação do real e podem ser socialmente partilhados.

Através da integração dos marcadores de memória em mapas mnemónicos as diversas informações processadas pela mente ganham uma significação para o individuo. Mas o que nos interessa, no âmbito das ciências sociais, é o processo como esses mapas mnemónicos são socialmente partilhados. Ou seja como é que partindo da experiencia individual se processam valores que são socialmente partilhados.

Aqui encontramos-nos no centro da fenomenologia dos Estudos sobre a memória e das heranças. O trabalho na altura tinha partido duma busca duma resolução para uma situação paradoxal que é revelada pelos estudos sobre a memória. Sendo certo que a memoria é um fenómeno que se processa ao nível do individuo, como se

³ Veja-se a propósito desta questão o livro de António Damásio (2010). O Livro da Consciência, Lisboa, Temas e Debates

explica a sua partilha por um dado conjunto social. O entendimento sobre o processo de como determinadas ideias, que são reveladas por indivíduos, se constituem como ideias socialmente partilhadas que orientam os grupos é um dos objetos do conhecimento das ciências sociais. A questão tem vindo a ser resolvida por diversos autores através da análise da questão do poder. Os Estudos sobre o património e as heranças constitui-se como um campos de análise das relações processuais entre a memória/esquecimento e o poder/hegemonia.

Cada indivíduo existe em si e simultaneamente como parte dum grupo ou grupos. Grupos de extensões e configurações variáveis. A coesão dos grupos é uma função direta das relações que os seus membros estabelecem entre si. Estas relações são de diversos tipos, sendo que as relações de ordem estabelecem a forma de distribuição e afirmação do poder. A questão do património e das heranças é um dos elementos fundamentais na legitimação do poder intergrupar. Sem referências comuns, por todos partilhadas e aceites o grupo dissolve-se.

Esta questão evidencia a relevância da fenomenologia dos estudos da memória e do entendimento dos processos de partilha social dos elementos dos diversos indivíduos, como componente simbólica das relações de poder numa determinada comunidade.

Do total das experiencias vividas pelos indivíduos no seu processo de vida há uma conjunto de experiencias relevantes que são memorizadas e que estão disponíveis como orientadores da ação. Também as experiencias sociais dos grupos levam a construção de memórias socialmente partilhadas, cuja retenção pode ser observada através dos elementos de relevâncias, seja para a sua manutenção como grupo, seja como sua orientação para a ação. Esses elementos constituem-se como unidades simbólicas, sejam marcas no espaço ou como mitos ou memórias socialmente partilhadas (História, conhecimento, ciência). Ou seja, o elemento simbólico socialmente construído é um elemento a quem é atribuído um valor social. A afirmação do poder num grupo é a afirmação dm valor. Um valor de uso e um valor de troca. É nesse equilíbrio processual que a memória e o poder se constituem como elementos socialmente partilhados

Nesse sentido a análise dos marcadores de memória e das cartas mnemónicas constitui-se como um elemento de relevância no processo de produção de conhecimento sobre um determinado problema. Uma ferramenta de trabalho, que tem um determinado fim. Como já salientamos a elaboração dos mapas cognitivos, é uma

ferramenta já utilizada noutros domínios, seja em análises de conteúdo, seja nos estudos sobre estratégia. Constitui-se como uma das metodologias das ciências sociais e são abundantes as suas propostas de utilização⁴.

O que nos interessa mobilizar para o nosso caso é a sua possibilidade de aplicação para clarificar o problema do nosso trabalho "Heranças do Mar". Neste exercício ensaiamos um pequeno exercício sobre a cartografia do mar para entender o modo como ele expressa uma determinada representação consciente do real.

A produção de cartografia representa uma síntese entre o conhecimento e a vontade de representação. Ela implica escolhas e seleção de elementos a representar. Depende da escala de representação, dos conhecimentos disponíveis, da vontade de representação e igualmente, num processo menos abordado da consciência do real⁵.

Selecionamos para o efeito um conjunto de mapas que representam o território nacional para verificar como é que nele surge representado o conjunto do espaço nacional. Os mapas são produzidos em diversos tempos. Não tivemos a pretensão de ser exaustivos, nem de trabalhar todas as



Ilustração 1 - Representação do Espaço Nacional, DGOTDU, 2012

dimensões. Trata-se de um pequeno conjunto aleatório, um breve exercício de teste, sobre o qual procuramos extrair algumas conclusões com base no elemento da construção de mapas mnemónicos.

Como temos vindo a salientar a seleção de elementos de relevância a representar são resultados dum processo de consciência.

⁴ Um outro interessante contributo neste domínio é o conceito de Mapas do Tempo (Time Maps) do sociólogo israelita Eviatar Zerubatel. O autor argumenta que a representação social do passado é útil para entender como o tempo (história) e a cognição interagem. O modo como agrupamos o tempo passado, como categoria do nosso conhecimento no presente, relaciona-se com o modo como valorizamos a informação no presente. Uma valorização individual e coletiva (Zerubatel, 2003)

⁵ Também nesta questão existem algumas abordagens interessante, veja-se por exemplo (Lacoste, 1977). Também durante o curso do CDN no módulo "Dimensões do Processo de Globalização de Luís Moita foi ensaiada uma abordagem deste tipo

Duma visão sobre o real. Se, por exemplo, neles analisarmos a representação do mar, verificaremos o valor que o mar tem na representação do espaço nacional, nesta caso sobre uma linha temporal e no âmbito de diferentes contextos.

Neste caso o elemento representado, o espaço nacional enquanto marcador de memória, torna-se na representação invariável que pretendemos analisar. O valor da sua representação varia em função do significado social que a cada temos lhe for atribuído pelo conjunto social (grupo, organização).

A premissa desta análise de olhar para uma representação, ao longo de umas linha de tempo, é verificar o que é que é constante e o que é variável, adicionado ou retirado em função do valor social que em cada representação lhe é atribuída.

Representações do Espaço Nacional na Cartografia

O primeiro exemplo que apresentamos é a representação do Espaço Nacional no "Portal do Ordenamento do Território e Urbanismo (www.dgotu.pt), acedido em agosto de 2012. Trata-se dum sistema de informação que reúne os instrumentos de planeamento territorial em vigor, responsável pelas normas e demais instrumentos legais que se aplicam no ordenamento do território.

O que queremos relevar neste mapa é a representação do espaço nacional na sua dimensão integral, isto é envolvendo o território peninsular, o espaço marítimo e as regiões autónomas dos Açores e Madeira sem discontinuidades. Observando o espaço a partir dos princípios do novo paradigma de reaproximação de Portugal ao mar trata-se duma representação correta do espaço. Ainda que nele não sejam traçadas as fronteiras de delimitação entre Portugal e Espanha, a nova centralidade dada ao mar a o contínuo espacial ultrapassa a tradicional forma de representação.

O modo mais tradicional de representação, como apresentamos na figura 2 centra-se na apresentação do território nacional. As fronteiras são nítidas, bem como a fachada atlântica. As Regiões autónomas, na



Ilustração 2- Mapa escolar, Porto Editora, 2011

relação de escala acabam por ser representadas em pequenos acrescentos nos cantos do mapa, ou em folhas autónoma, como é o caso deste mapa escolar da Porto Editora. Repare-se que se trata dum mapa escolar, destinado a formar a visualização do espaço. O mar, neste caso o espaço marítimo está ausente. E é esse esquecimento que procuramos para já revelar.

E este modelo de representação está longe de ser único. Por exemplo, na representação do modelo territorial, feito no âmbito do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, um programa que entrou em vigor em 2007, e elaborado por uma equipa liderada pelo Professor Jorge Gaspar (Portugal, 2007) verificamos que o território é olhado como o continente e as ilhas. O modelo território não é o espaço de afirmação da soberania, pois como sabemos a afirmação da soberania dum estado implica a conjugação do binómio segurança e bem-estar. O modelo do território que tem por base três pilares (a prevenção e a gestão dos riscos, a conservação e a gestão dos recursos naturais e espaço agroflorestais, e sistema urbano e acessibilidades) e remete as questões do mar para diversos programas específicos.

Embora apresente um programa específico para a Estratégia do Mar, (1.7), verificamos que diferentes domínios surgem noutros programas (a pesca no programa 1. 6, a biodiversidade no programa 11., o sistema portuário no 2.2., o turismo no 2.6). O que traduz uma lógica centrada em outros paradigmas (equilíbrio do território por exemplo). Por exemplo o fato do ordenamento da orla costeira, a estruturação dos portos (preveem-se cinco portos, três de primeira escala em Sines, Lisboa e Leixões, e dois de segunda escala em Setúbal e Aveiro) e o turismo serem apresentados como vetores estratégicos, não é ligado à economia do mar. O mesmo se poderá dizer da inovação, que é tratada como algo de etéreo, sem procurar referir onde e em que circunstância pode surgir. Em suma podemos dizer que esta focagem traduz uma visão do problema.



Ilustração 3- Carta de Lopo do Nascimento, 1565, BNL

Não que esteja errado em si, mas é apenas uma visão técnica⁶

Como quando usamos a expressão território, segundo Von Ratzel é o espaço de afirmação da soberania dum Estado. Como

⁶ Por exemplo o sítio onde a informação está alojada www.territorioportugal.pt apresenta como carta o espaço de soberania. Isso é um exemplo duma visão em transformação, onde elementos da velha visão se misturam com uma nova visão

verificamos o mar como nova fronteira é um processo onde os estados soberanos procuram negociar o alargamento dos seus espaços de afirmação de soberania; espaço até agora regulados pelo Direito Internacional Público, através das Organizações Internacionais.

Não será portanto de estranhar que as organizações do estado, como é o caso da DGTDU, comecem a representar o território nacional segundo essa nova pretensão, ainda que ao nível da sociedade, do senso comum, as representações ainda



Ilustração 4- Mapa de Álvaro Seco, 1561, BNL

assumam as formas anteriores. Ainda que a

soberania nesse novo espaço seja graduada, isso acontece em simultâneo com alguma dissolução das antigas fronteiras físicas dos estados. Estamos portanto perante um processo que se manifesta através de formas diferenciadas em função dos significados atribuídos: dos valores da rerepresentação.

Se verificarmos no tempo é isso que acontece na representação cartográfica. Por exemplo na representação do atlântico norte, de Lopo de Nascimento, executada em 1565. É um exemplo paradigmático duma representação sobre o espaço do atlântico norte. Não é nosso propósito produzir uma narrativa sobre evolução da cartografia portuguesa nos seus diferentes aspetos⁷, mas apenas justificar algumas análises a partir deles.



Ilustração 5- Marques de Pombal, gravura do Arquivo CML

Este mapa, elaborado em meados do século XVI, já com o atlântico explorado e dividido (pelo tratado das Tordesilhas em 1497), é um instrumento de navegação. Um auxiliar dos pilotos na navegação do atlântico norte. Como se sabe nesta época as potências ibéricas defendiam a doutrina do "*mar clausum*", um temo que em Direito Internacional quer dizer mar fechado. Nesse sentido este mapa representa o

⁷ Que se pode consultar em (Alegria e Garcia, 1995)

“espaço soberano”⁸. Como sabemos, no século seguinte, o temo do mar fechado será tema de grande polémica, impondo-se no mar o conceito de “*mare liberum*”.⁹

O mar torna-se livre para navegar, transforma-se em espaço de circulação. A segurança no mar, contra a pirataria (que na época era uma atividade *licita*,) era assegurada pela frota armada que acompanhava as embarcações de carga e pela defesa da linha de costa através de redes de fortificação. Isso mesmo fará por exemplo o Marquês de Pombal no século XVIII.

Se a cartografia sobre as rotas marítimas, portulanos e cartas de marear são elementos comuns desde o século XV, a representação do território nacional é mais tardia. Como sabemos a primeira representação do espaço português, mais precisamente do que é hoje o território nacional é o “Mapa de Portugal de Álvaro Seco”, produzido em 1561.

Para além da curiosidade da orientação, o mapa fornece, com bastante detalha informação sobre povoações, vias de comunicação e sobretudo sobre a linha de costa e sobre os rios. Com o século XVIII e a consolidação da estrutura administrativa do Estado, que encontra no Marquês de Pombal um exemplo paradigmático, a cartografia evolui para representações em diferentes escalas e objetos. Como nota Alegria e Garcia (op. cit., 1996, 70) a própria imagem em do estadista é apresentada no meio de cartas e mapas. Trate-se dum exemplo paradigmático da importância crescente da afirmação da ciência por via dela da prévia representação do real, neste caso do espaço da ação.

Será também a partir dessa data que os militares, através das armas de engenharia iniciarão os processo de cartografia do território, muitas delas com funções utilitárias, e que culminará, já no século XIX com a representação



Ilustração 6- Carta de 1701, BNL



Ilustração 7- Carta de Henrique Galvão, 1963, BNL

⁸ Não utilizamos aqui o termo nacional, pois consideramos a Nação, e a sua configuração organizacional como um conceito moderno que emerge na ciência política através da teoria da representação como legitimidade de poder.

⁹ Defendido por Hugo Grotius (1593-1645). Hugo Grotius é um precursor do Direito Internacional. Publicou em 1605 a obra *Mare Liberum*, onde justifica a liberdade de navegação nos mares. Esta teoria, que acaba por se afirmar contraria a pretensão ibérica da exclusividade do mar.

do Flipe Folque. O que nos interessa revelar nesta questão é a preocupação destas cartas, na representação do espaço territorial acinal. E como podemos ver, se o mar é liberum o território permanece clausurum e é essa espaço fechado que procuram representar.

Não resistimos aqui apresentar um exemplo dissonante. Trata-se da carta de Henrique Galvão, elaborada em meados do século XX, com propósito de propaganda política. Nelo o espaço nacional, na época concebido como pluricontinental, englobando as colónias africanas, foi colocado sobre o espaço europeu. Para além da questão ideológica verifica-se que nele o mar continua a ser o “enquadramento” do território.

Trata-se sem dúvida dum mapa elaborado com objetivos precisos. Está contudo longe de ser exclusivo. Se olharmos para o exemplo seguinte, um mapa escolar de “Portugal e suas colónias”, publicado em 1875, numa podemos observar mais uma vez a ausência do mar na revelação da terra. São sem dúvida exemplos circunstanciais, também eles reunidos com um propósito, o de chamar a atenção para a ausência do mar na maioria destas carta. Ou seja, entre o mapa do Atlântico norte de 1565 e a Carta da DGTDU de 2012, medeiam quatro centenas de anos de ausência e esquecimento. Colocamo-la aqui apenas como catalisador de uma reflexão sobre o mar como novo paradigma para o triângulo estratégico português. O triângulo virtuoso as ligações à Europa, aos EUA e à CPLP, através da qual dois dos vértices são ligações por mar, que se opõe á ligação mista com o continente europeu.



Ilustração 8- Carta Geografia, 1875, BNL

Ensaio de interpretação

Como verificamos acima nos marcadores de memória encontramos uma componente essencial constituída pelo conjunto de informação que se mantém ao longo do processo, sendo que a informação dinâmica resulta do seu ajustamento às condições processuais dadas pelas relações de poder que se jogam no conjunto social.

No caso que analisamos procuramos a expressão do valor social do mar, e procuramos saber qual é a variação do seu valor em relação à comunidade, que elabora esse mesmo mapa. O valor da representação é observado como o quociente da relação do espaço nacional nas várias representações com o significado dessa mesma relação revelado pelos sentidos da observação.

Como verificamos a memória operacionaliza o trânsito do presente sobre o passado criando representações simbólicas que projeta no espaço (como objetos comunicacionais). O processo confronta a sua adequação (como valor de uso e de troca) conferindo-lhe legitimidade para a ação, seja para conservar os recursos vitais disponíveis, seja para adequar a novas situações. A formação desse quociente gera ou uma tensão para a ação produzindo rememoração e esquecimento, que permite a emergência de diferentes formas de consciência e/ou alienação (esquecimento).

O processo da conscientização permite assim em tese, equilibrar os dois fatores, o seu valor de uso está dependente do valor da troca, sendo que no cada um dos fatores contribui para a fatorização através dum determinado estado de equilíbrio. Quando esse equilíbrio se rompe, seja pelo valor de uso tender para o nulo juntamente com o valor de troca se aproximar da nulidade, o objeto passa para uma situação de esquecimento

Os marcadores de memória são então constituídos por campos de situações problema em interação constante. O objetivo da metodologia é captar (cartografar essa interação) num determinado momento o significado dum objeto através da sua análise interna e externa e da sua relação com os demais objetos qualificados. De acordo com a teoria da comunicação um objeto pode ser analisado de acordo com as suas categorias primárias, secundárias e de processo. A metodologia proposta tem como objetivo operar com a categorização de processo. A operação de análise processual implica a relação do objeto consigo próprio, com a comunidade que o produz (ou com a sua cultura) e a sua relação com os demais objetos. O objetivo da metodologia é entender a significação dum determinado objeto no contexto dos demais objetos.

A produção de significados como processos implica um nível de abstração que relaciona pelo menos três elementos: Um objeto (uma relação com um materialidade ou com um signo) usado como elemento distintivo (uma relação binária de inclusão ou exclusão) dum comunidade (implica a atribuição de significado em relação ao

objeto, ao que ele (inclui/exclui) e à sua relação com os demais objetos).

O espaço é como refere Maurice Halbwachs, o local onde se materializam as memórias sociais (Halbwachs, 1950,130). A materialização da memória social no espaço fornece o instrumento de mediação entre o indivíduo e o social. Entre a materialidade e os elementos simbólicos, criados por essa comunidade, e que a representam.

Estas problemáticas têm vindo a ser trabalhadas pelo urbanismo e pela "antropologia do espaço" (SILVANO, 1988), procurando explicar como e a formatação do espaço está correlacionada com a formação da organização social¹⁰, que relações se estabelecem entre ambos e de que forma ambos se influenciam.

Analisar os modos como a comunidade se relaciona com o espaço, através das suas narrativas, e como estas correspondem às suas representações sobre esse mesmo espaço, isto é o modo como cada membro da comunidade participa da construção dum leitura desse espaço, porque a determinados elementos materiais são atribuídas estruturas significativa dum pertença e partilha comum, constituem um processo através do qual podemos analisar a memória como construção social.

A ideia base da fundamentação é relativamente simples. Um indivíduo, quando de relaciona com o espaço fá-lo em função de vários pontos de referência e da sua relação com a experiencia anterior, armazenada na memória. Os pontos de referência constituem o seu mapa cognitivo, em permanente atualização. A experiência permite ativar mecanismos de resposta em função do seu grau de conhecimento e experiencia anterior. A questão do ponto de vista do conjunto social é todavia mais complexa. Vários indivíduos, quando se orientam no espaço em sentidos comuns partilham referências comuns. Perante a impossibilidade física de todos os elementos dum conjunto percorrerem exatamente o mesmo percurso num mesmo tempo, estabelece-se um denominador comum. Ou seja é relativamente indiferente, para o conjunto social, o trajeto que cada indivíduo faça de A para B. O que é necessário, para a formação social mantenha a coesão é que cada membro do grupo faça o trajeto de A para B em torno dum um ponto comum. Esse ponto comum, no

¹⁰ "No nosso trabalho partimos do pressuposto que existe um discurso, uma palavra sobre o espaço, que possui firmeza suficiente para que, de um discurso ao outro, possam encontrar as constantes que possibilitam chegar a modelos, que consideramos próximos das estruturas coletivas de representação do espaço" (SILVANO, 1988,15)

espaço é constituído pelo património, que por sua vez, só tem significado, como ponto de atração, se sobre ele existir uma partilha de valores. A qualificação social do valor desses elementos que constitui o processo de produção da memória social.

